PROFESSORES(AS) DO CAMPO LIVRO 3

1. AS ÁREAS DE CONHECIMENTO E SUAS CONTEXTUALIZAÇÕES COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Esse tópico objetiva entender como as áreas de conhecimento Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens e Códigos podem ser ressignificadas no contexto da Educação do Campo, a partir da valorização dos saberes populares, das práticas culturais e produtivas dos sujeitos camponeses, promovendo uma abordagem curricular contextualizada, crítica e emancipadora que dialogue com os princípios de uma educação transformadora.



Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Vila Pavão (Ceier – VP). Fonte: Acervo do Autor (profº Guilherme Alves).

1.1. As áreas de conhecimento e suas contextualizações com a Educação do Campo

A Educação do Campo, reconhecida como uma modalidade de ensino com identidade própria, requer a ressignificação das áreas de conhecimento a partir das realidades, saberes e modos de vida dos sujeitos que habitam os territórios campesinos.

> A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentindo amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.
>
> (Fernandes, Cerioli, Caldart, 2012, p. 27).

Nesse sentido, é fundamental que haja compreensão junto às áreas que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de que os conhecimentos escolares não podem ser desenvolvidos de forma descontextualizada, mas articulados às práticas sociais, culturais e econômicas do campo para que esta modalidade de educação se construa como um modelo de educação libertadora proposta por Paulo Freire.

Com base nas Resoluções CEE N° 3.777/2014 e CEE-ES Nº 6.596/2022, que orientam a organização da Educação do Campo no Espírito Santo, é possível destacar um conjunto de práticas educativas obrigatórias e específicas que orientam o currículo das escolas do campo. Essas práticas visam uma formação crítica, emancipatória, agroecológica e integral, articulada com a realidade e os saberes das comunidades campesinas.

Nas Diretrizes Pedagógicas e Operacionais de 2025 foram destacadas seis práticas que todo professor da escola do campo precisa trabalhar com os estudantes. Veja elas na imagem do girassol abaixo:



Práticas educativas próprias da Educação do Campo. Fonte: Produzido pela Geaciq/Sedu.

Como visto, os princípios agroecológicos perpassam pelo diálogo entre conhecimentos tradicionais e científicos, que devem ser trabalhados em todos os componentes da BNCC. Portanto, não é responsabilidade apenas do professor de Ciências Agropecuárias.

A Interdisciplinaridade é um processo pedagógico em que a comunidade escolar constrói coletivamente temas geradores relacionados às questões da realidade vivida pelos(as) estudantes. Em algumas escolas, também ocorre a interdisciplinaridade nos componentes curriculares por área de conhecimento da Base Nacional Comum (BNC), nas eletivas e na Parte Diversificada. Os Temas Geradores, construídos a partir da realidade local e das vivências dos(as) estudantes, orientam o currículo de forma interdisciplinar e contextualizada, promovendo reflexão crítica e transformação social.

Para desenvolver tanto a interdisciplinaridade quanto os princípios da agroecologia nas escolas do campo, a prática de pesquisa e intervenção é fundamental, a partir da investigação da realidade do campo. A Economia Solidária é abordada de forma prática, incentivando o cooperativismo, a autogestão e a responsabilidade social. A valorização da autonomia dos(as) estudantes é estimulada por meio de práticas que promovem o protagonismo na aprendizagem, na gestão escolar e na participação comunitária, principalmente na auto-organização. As hortas escolares, obrigatórias nas escolas do campo, funcionam como espaços pedagógicos vivos, nos quais se aplicam os princípios da agroecologia e se fortalece o vínculo com a terra.

1.2. Ciências Humanas e a formação crítica do sujeito do campo

A área de Ciências Humanas, que abrange componentes curriculares como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, tem papel central na constituição de sujeitos críticos e conscientes das dinâmicas sociais que os envolvem. Na Educação do Campo, essa área deve problematizar os processos históricos de expropriação de terras, a marginalização dos povos do campo, bem como as lutas sociais por reforma agrária, territorialidade e direitos sociais.

É imprescindível que os conteúdos sejam trabalhados à luz das experiências dos estudantes, resgatando a memória coletiva das comunidades rurais, quilombolas, indígenas e de agricultores familiares. Como aponta Arroyo (2021, p. 78) “a escola e os saberes escolares são um direito do homem, da mulher do campo”, pois há especificidades territoriais, simbólicas e identitárias que devem ser valorizadas e integradas ao processo pedagógico. A cartografia social, por exemplo, constitui uma potente ferramenta metodológica que articula saberes geográficos e culturais.

Para praticar: Que tal, em sala de aula, analisar com os estudantes a reportagem do jornal Brasil de Fato, intitulada “Negros são 84% dos resgatados em trabalho análogo à escravidão em 2022”? A matéria trata de trabalhadores do campo sem quaisquer direitos, em condições precárias e presos, principalmente, a latifúndios de cana-de-açúcar.

É possível, a partir dela, debater o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, relacionando-o ao racismo estrutural, às condições de trabalho no campo e aos direitos humanos, valorizando o protagonismo das comunidades do campo na luta por dignidade.

Indicamos também o trabalho com a revista em quadrinhos, “Trabalho Escravo Contemporâneo”, edição número doze, produzida pelo Ministério Público do Trabalho.

Para aprofundar o tema, é interessante pesquisar, junto com os estudantes, sobre a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Ministério Público do Trabalho ou de movimentos sociais ligados à terra. Além disso, dependendo da faixa etária dos estudantes, é possível propor a investigação em jornais de casos de trabalho análogo à escravidão na região onde vivem.



O AGRO ESCRAVIZA

Negros são 84% dos resgatados em trabalho análogo à escravidão em 2022

Perfil predominante é de nordestinos que plantavam cana para indústria sucroalcooleira no interior de Minas Gerais

05:36

13.MAIO.2022 ÀS 14H30 LÁBREA (AM) MURILO PAJOLLA

Comendo no chão sob o sol, vítimas foram atraídas por falsas promessas de boas condições de trabalho - *MTP*

Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/negros-e-pardos-sao-84-dos-resgatados-em-trabalho-analogo-a-escravidao-em-2022/



Disponível em: https://mptemquadrinhos.com.br/edicoes/trabalho-escravo-contemporaneo/

1.3. Ciências da Natureza e o diálogo entre saberes científicos e populares

As Ciências da Natureza (Ciências, Física, Química e Biologia) desempenham um papel relevante no fortalecimento de práticas sustentáveis no campo. No entanto, é necessário romper com o viés tecnicista e utilitarista tradicional, integrando os saberes locais dos camponeses, suas formas de manejo agroecológico, de preservação dos biomas e de uso consciente dos recursos naturais.

Veja o vídeo da professora Vânia Massabni sobre como interconectar os conhecimentos das ciências da natureza com a pesquisa e intervenção na realidade campesina.



Link disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E-pB8ehtgLk

A abordagem interdisciplinar torna-se essencial para compreender a natureza como parte da vida no campo, não apenas como objeto de estudo. A água, por exemplo, pode ser explorada a partir da sua importância para a produção agrícola, das implicações ambientais do seu uso intensivo e das tecnologias sociais para sua captação e conservação. A partir disso, promove-se o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, respeitando a lógica da ecologia dos saberes (SANTOS, 2010, p. 27), que propõe o reconhecimento da pluralidade epistemológica.

Um conceito importante para o ensino de Ciências da Natureza na educação do campo é o de Tecnologias Sociais (TS). Ele se refere a desenvolver, implementar e gerir tecnologias orientadas a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável (Christoffoli, 2021). As Tecnologias sociais são métodos, que surgem da realidade local, capazes de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social.

Para praticar: Veja as práticas sugeridas no “Caderno de Educação do Campo e Agroecologia” denominado “Tecnologias Sociais no ensino de Ciências da Natureza”, desenvolvido pela Universidade Federal de Viçosa. Que tal escolher umas delas para praticar na escola que lenciona?



Disponível em: https://ctazm.org.br/bibliotecas/tecnologias-sociais-no-ensino-de-ciencias-da-natureza-435.pdf

1.4. Matemática e suas práticas vinculadas à vida no campo

A Matemática, muitas vezes percebida como abstrata e descolada da realidade, ganha novos significados quando contextualizada pelas práticas cotidianas do campo. Os processos de medição de áreas, cálculos relacionados à produção agropecuária, análise de dados meteorológicos e gestão financeira da propriedade são exemplos de como a matemática se insere nos saberes camponeses.

Na perspectiva da Educação do Campo, é fundamental que a Matemática seja trabalhada a partir das situações-problema vivenciadas pelas comunidades, promovendo o pensamento lógico, a resolução de problemas concretos e a apropriação crítica de instrumentos de análise quantitativa. Essa abordagem valoriza o conhecimento empírico e contribui para a autonomia dos sujeitos do campo, favorecendo a compreensão do mundo a partir de suas realidades.

Leia o caderno pedagógico “Modelagem Matemática: uma possibilidade de ensino da matemática nas escolas do campo” para conhecer algumas práticas contextualizadas para essa modalidade.



Disponível em: https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2018/12/caderno7Modelagem-Matem%C3%A1tica.pdf

1.5. Linguagens e Códigos: comunicação, identidade e expressão cultural

A área de Linguagens e Códigos compreende os componentes curriculares Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras, Arte e Educação Física. Na Educação do Campo, essa área deve possibilitar a valorização das múltiplas formas de expressão e comunicação das comunidades campesinas, incluindo seus falares, cantos, danças, literatura oral e formas de organização simbólica.
Assista ao vídeo da professora Jarina Fernandes sobre a importância de valorizar as linguagens próprias do contexto do estudante.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jKFrGTZ4DLA

A leitura e a produção de textos devem ser desenvolvidas a partir das práticas sociais significativas do contexto, como a escrita de relatos de vida, receitas, cordéis, cartas e registros da memória local. A valorização da linguagem oral e escrita como ferramenta de afirmação identitária é estratégica para o fortalecimento do pertencimento e da autoestima dos estudantes.
A Arte, por sua vez, deve estar articulada às manifestações culturais locais, como as festas populares, a música regional e os saberes-fazeres do campo. Assim, contribui-se para uma educação estética que reconhece a cultura camponesa como legítima e potente. A Educação Física, nesse contexto, pode abordar os jogos tradicionais e práticas corporais vinculadas às atividades do campo, reconhecendo o corpo como expressão de cultura e trabalho.

2. REFERÊNCIAS

Arroyo, Miguel González, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2021.

Fernandes, Bernardo, Mançano; Cerioli, Paulo, Ricardo; Caldart, Roseli, Saleti; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2021.

Christoffoli, Pedro Ivan. Tecnologias sociais. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs.). Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro, Expressão Popular; São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

Santos, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande
Vice- Governador do Estado do Espírito Santo
Ricardo Ferraço
Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira
Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação
André Melloti Rocha
Subsecretário de Estado de Suporte à Educação
Vinicius José Simões
Subsecretária de Estado de Administração e Finanças
Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretária de Estado de Articulação Educacional
Darcila Aparecida da Silva Castro

Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOPE
Karina Garcia Alves Zago - Gerente
Karoliny Mendes da Costa – Gerente
Coordenação da Formação - CEFOPE
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica
Concepção Gráfica
Regina Maria graça de Farias – Técnica Pedagógica
Equipe de Tecnologia
Ana Beatriz Lima da Silva – Supervisora de Diagramação
Leonardo Cruz de Andrade – Técnico Pedagógico CEFOPE/GEPRO
Almir Carletti Neto – Assessor de Tecnologia
Gustavo Pereira da Silva Nascimento – Assessor de Tecnologia
Alessandro Bicalho Nascimento – Técnico Pedagógico
Felipe Becalli Trindade – Estagiário

Professor Conteudista da Formação
Guilherme Alves Pereira

Gerência de Educação Antirracista do Campo, Indígena e Quilombola (Geaciq)
Aline de Freitas Dias – Gerente
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Revisão
Monique Santiago de Carvalho – Subgerente
Jorcy Foerste Jacob - Técnica pedagógica
Kleidiana Cassia Silva Borges - Técnica pedagógica
Alex Sandro Zorzal Vargas - Técnico pedagógico